

**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

POLÍTICA SOCIAL DE INCLUSÃO E DE GÊNERO NO ENSINO

TÉCNICO: O PROGRAMA MULHERES MIL

Felipe Saraiva Lourenço

Tatiana Teixeira Silveira

Viviane Teixeira Silveira

RESUMO

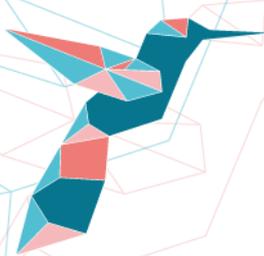
Esse texto compreende uma análise do Programa Mulheres Mil implantado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esse programa está incluído como política para promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. É possível apontar, que o Programa Mulheres Mil mantém a ideia hegemônica de feminino, qual seja, às mulheres são destinadas determinadas áreas de formação profissionalizante que pretendem ensinar para cuidar e servir ao outro. Para essas mulheres melhorarem seu capital humano é necessário um cuidado com o corpo e sua aparência, que são fomentados por narrativas de autonomia, autoestima, melhora da qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: política de gênero; inclusão social; governamentalidade neoliberal.

OS INSTITUTOS FEDERAIS E A INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) instaurou um novo discurso sobre a educação profissionalizante. Esse projeto educacional nasceu pautado por narrativas salvacionistas que pretenderam devolver à educação profissionalizante a função de resolução dos problemas relativos ao acesso ao mundo do trabalho, ou ainda, para utilizar um vocabulário mais próximo das propostas de governo da população (FOUCAULT, 2008a, 2008b), um veículo de inclusão social. O projeto educacional que é responsável pela criação dessa nova instituição pretendeu, antes de qualquer coisa, fomentar a inclusão de uma população específica nos processos de formação profissionalizantes. (SILVEIRA, 2014)

A inclusão econômica e social é uma das prerrogativas e também o imperativo da governamentalidade biopolítica neoliberal (LOPES, 2009). O princípio da inclusão educacional é uma fonte inesgotável de políticas públicas nas últimas décadas, definindo-se que toda e qualquer política educacional seja baseada no princípio da inclusão. (RECH, 2013)



A criação dos Institutos Federais acompanha um movimento educacional geral com o objetivo de oferecer educação para todos, isto é, desde a Educação de Jovens e Adultos (EJA) até a pós-graduação, além das modalidades a distância e dos cursos para a comunidade.

Os Institutos Federais são representados por um projeto educacional pautado pelas biopolíticas neoliberais. Uma das características fundamentais dos Institutos Federais é o princípio da formação ao longo da vida (BALL, 2013), na medida em que poderá ser iniciada pela Educação de Jovens e Adultos e se estender até um número interminável de especializações e cursos de pós-graduação, que poderão acontecer também na modalidade a distância. Essa característica do aprendizado ao longo da vida tem uma relação direta com a consolidação do aspecto profissionalizante da educação técnica. A partir da conjugação de vários projetos sociais e educacionais ligados aos princípios do governo neoliberal surgiram os Institutos Federais que colocaram em prática alguns princípios, como o imperativo da inclusão, a formação profissional de toda uma população, a educação ao longo da vida e a empregabilidade. Nesse sentido, foi possível perceber, por meio de uma análise já efetuada (SILVEIRA, 2014), diferentes aspectos que possibilitaram associar, de forma mais contundente, a criação dos Institutos Federais com a ideia de um projeto educacional com bases em uma governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008a, 2008b).

Com a criação e institucionalização dos Institutos Federais certo tipo de regulamentação da vida da população adquire contornos específicos a partir das variadas possibilidades de formação que, por sua vez, encontra-se relacionada também a uma formação direcionada ao empreendedorismo, que no mundo contemporâneo representa uma competência essencial.

A inclusão escolar é uma das premissas para a criação dos Institutos Federais. Os objetivos de inclusão escolar e social fizeram-se presentes na legislação que implantou essa instituição. Essa premissa indica que os Institutos Federais deverão ser uma instituição da inclusão, sobretudo da diferença econômica. Através dessa premissa e da criação de programas e ações surgem nos Institutos Federais uma formação voltada para as mulheres. Essa formação é específica quanto ao tipo de inclusão, são para mulheres, pobres, com o ensino voltado a certos saberes além de interferências educacionais sobre o corpo para tornar-se empregável.

O PROGRAMA MULHERES MIL



Desse modo, em complementaridade a lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008), surge um conjunto de programas e ações organizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC). Esse conjunto de programas e ações pretende garantir a inclusão educacional de uma enorme e diversa população dirigida à perspectiva profissionalizante. A documentação proposta pela Setec/MEC demonstra o grande investimento do Estado, tanto para que os IFs se destaquem como instituição de grande sucesso educacional, como para realizar os projetos de inclusão educacional e social da população brasileira.

Através da análise dos documentos que compõem o conjunto de programas e ações do ensino profissionalizante é possível afirmar que as novas leis, decretos e outros documentos surgem com o objetivo de transformar os Institutos Federais na instituição de acolhimento da diferença social e econômica, por meio da profissionalização. A documentação oficial evidencia um conjunto de aspectos considerado importantes pelo governo, para a inclusão da diferença, conforme Pacheco (2011, p. 5):

A Educação Profissional e Tecnológica tem pelo menos duas dimensões importantes, que são a dimensão da inclusão e também a da emancipação, na medida em que não apenas inclui a pessoa numa sociedade desigual, o que é insuficiente, mas lhe dá as ferramentas necessárias para que ela construa o seu itinerário de vida e possa se emancipar e se constituir como cidadã.

Consta na documentação uma noção de emancipação que, na narrativa oficial, deverá ser o resultado do processo de inclusão. A inclusão, por meio da Educação Profissional e Tecnológica, fornece as “ferramentas necessárias” para que o indivíduo seja responsável pela sua própria empregabilidade, que ele se torne empresário e gestor de si e, assim, se emancipe e se constitua cidadão. A partir da implantação dos programas e ações nos Institutos Federais, a Setec/MEC, reforçou o investimento do Estado na formação de trabalhadores para o mercado e, com isso, a ideia de que cada indivíduo é responsável por si mesmo, sendo responsável pelo desenvolvimento do seu capital humano, que será possível através do ensino profissionalizante.

Um programa de inclusão proposto recentemente foi o Programa Mulheres Mil. O objetivo desse Programa é formar mulheres, através do ensino profissionalizante, nas áreas do “turismo e hospitalidade, gastronomia, artesanato, confecção e processamento de alimentos” (BRASIL, 2011). Segundo a narrativa governamental, o programa foi direcionado inicialmente para as mulheres em situação de extrema pobreza das regiões Norte e Nordeste



do Brasil, com a possibilidade de expansão do programa para outras regiões. O material de divulgação do Programa Mulheres Mil (2014) anuncia:

O programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente **nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação**. O programa também contribui para o alcance das Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. **Entre as metas estabelecidas estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental (...)** Por diversas circunstâncias, elas não conseguiram acesso à educação. Mas, com o programa, elas têm a oportunidade de voltar para a sala de aula, retomar os estudos e abrir perspectivas de futuro. (grifos nossos)

O Programa Mulheres Mil se apresenta como uma política social de inclusão das mulheres, pretendendo corrigir a desigualdade de gênero e suas consequências econômicas e sociais, além de questionar a violência contra as mulheres e permitir-lhes o acesso à educação. A situação de “pobreza extrema” e da “fome” são tomadas explicitamente como justificativas para a elaboração de uma política pública aplicada às alunas dos Institutos Federais quando insere-se nas Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesse programa é interessante notar o tipo de relação estabelecida entre a inclusão social de mulheres, a sustentabilidade e a melhoria das comunidades. Quando se trata especificamente das mulheres, as políticas sociais relacionam as mulheres às suas comunidades, ligando-as a tarefa do cuidado para com os outros. Meyer e Klein (2013, p. 14) discutiram a inclusão a partir da ‘feminização’ das políticas sociais:

Assim, o exercício de cuidar de si e dos outros implica a ‘feminização’ tanto de conhecimentos e práticas de promoção da inclusão quanto de instituições e sujeitos (profissionais e usuários) nelas implicados (e isso independe do sexo anatômico dos indivíduos envolvidos). Na medida em que assumimos que o gênero é um organizador do social e da cultura, tal feminização pode ser tomada como ‘um’ efeito importante do processo de generificação das políticas.

Para esse programa, uma melhoria na vida dessas mulheres influencia imediatamente a melhora na vida da comunidade. Aparece, nas narrativas sobre o programa, também a noção de vulnerabilidade social relacionada às mulheres:

E é para expandir o horizonte de tantas brasileiras que o programa existe. (...) A proposta é oferecer cursos profissionalizantes e complementação de estudos, mas com um propósito além: “Não oferecemos apenas formação para o trabalho. É o resgate de vários tipos de situação de vulnerabilidade”,



explica o pró-reitor de Extensão do IFSul (...). (Mulheres Mil do IFSUL, 2013)

Dito de outra maneira: “O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, mulheres em situação de vulnerabilidade social têm acesso à educação profissional, ao emprego e à renda” (MULHERES, 2014).

Assim, os objetivos que apoiam a implantação desse programa nos Institutos Federais encontram-se relacionados às políticas de gênero, profissionalização, elevação da escolaridade da população feminina e retirada das mulheres da situação de pobreza extrema. As narrativas sobre o “resgate” de uma população em situação de “vulnerabilidade social”, presentes na documentação, determinam lugares separados e específicos para atender as mulheres no ensino profissionalizante¹. Nesse caso, a educação profissionalizante das mulheres está dirigida as ocupações que mobilizam a ideia de cuidado, como funções de empregada doméstica e cuidadora de idosos. Esse exemplo remete a um conjunto de questionamentos sobre a formação profissional para mulheres pobres pelo Programa Mulheres Mil:

Um número significativo de mulheres que participa do programa vive em situação de vulnerabilidade social. Elas moram nas mais diversas regiões de Pelotas, possuem baixa escolaridade ou estão afastadas da escola há muito tempo. O instituto deu início, em outubro, a dois cursos: Cuidador de Idosos e Empregada Domestica, que reúnem, juntos, 58 participantes. São três aulas por semana. (MULHERES MIL DO IFSUL, 2013).

A partir da pergunta, quem precisa ser governado? Acrescenta-se agora a pergunta: quem precisa ser resgatado? Se os homens e jovens precisam ser governados, as mulheres precisam ser “resgatadas”. Assim, o Programa Mulheres Mil demarca o “resgate” social, econômico e, por que não dizer, também moral da população feminina baseado na narrativa da equidade, igualdade e combate à violência de gênero. Sobretudo, na lógica profissionalizante, essas mulheres precisam tornar-se empregáveis.

O Programa Mulheres Mil do Instituto Federal Sul Rio-grandense ofertou às alunas uma ação denominada de “Dia da beleza”. Essa ação ganhou destaque na página *web* do IFSul. O título da matéria era “Mulheres Mil do IFSUL e o resgate da autoestima: alunas são surpreendidas com o Dia da Beleza”, conforme é possível notar abaixo:

¹ Para mais, ver: MEYER, D. *et al.* Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 885-904, setembro-dezembro 2014.

(...) os coordenadores do programa tiveram a ideia de fazer uma surpresa para as alunas, proporcionando-lhes um momento diferente: um dia da beleza. Na última aula, quando chegaram à escola, as alunas foram recepcionadas por uma equipe de profissionais da área da beleza – todas voluntárias. Cabeleireiras, maquiadoras e esteticistas transformaram a sala de servidores do câmpus num grande salão de beleza. A missão delas era ensinar às mulheres alguns cuidados básicos com a aparência e promover algumas “mudanças” no visual. “Queremos mostrar para elas que todas têm uma beleza especial e todas são importantes, por isso estamos realizando essa surpresa”. (Mulheres Mil do IFSUL, 2013)

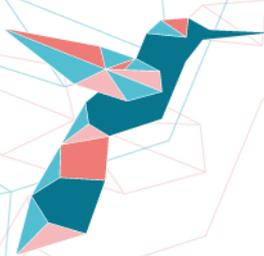
O tema fundamental que direcionou a ação foi baseado em uma ideia de “autoestima” dessas mulheres que, por meio das políticas de inclusão e governo, serão formadas para ocuparem postos de trabalho ligados a uma ideia de feminino aqui relacionado com o cuidado do outro. Assim, para melhor cuidarem dos outros, seja como cuidadoras de idosos ou como empregadas domésticas, precisam aprender a cuidarem de si mesmas, com o objetivo de melhorarem o seu próprio capital humano. É possível observar esse tema na citação abaixo:

O curso é todo estruturado de forma a promover a autonomia das participantes, criando-lhes oportunidades no mercado de trabalho para que consigam melhorar a condição de suas vidas, famílias e comunidades. “Nos cursos, juntamente com as disciplinas técnicas, elas são incentivadas a se valorizarem, a terem autoestima”(...) (Mulheres Mil do IFSUL, 2013)

Nesse caso, as transformações no corpo das alunas ultrapassam os conhecimentos técnicos. É necessário ser empregável, isto é, aprendendo as habilidades e competências “técnicas” do trabalho, mas também o cuidado com a aparência e o corpo². Todo esse investimento biopolítico se dá com o objetivo de que ocupem os postos de trabalho de empregadas domésticas e cuidadora de idosos. Para esse programa, as mulheres precisam ter “alguns cuidados básicos na aparência”, podemos presumir através das narrativas que isso é simbolizado por um corpo limpo, bonito, um rosto maquiado e um cabelo bem tratado, para poderem cuidar e servir ao outro.

A narrativa sobre o “aumento de autoestima” passa ser empregada também pelas alunas, na medida em que se inserem na lógica profissionalizante dos programas. A formação profissionalizante, para um público específico, nesse caso as mulheres pobres, constitui uma fonte inesgotável de elaboração de políticas públicas, que nesse caso são chamadas de

² Para mais, ver: SANT’ANNA, D. (Org.) Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais. Tradução: Mariluce Moura. 1 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1995 e SANT’ANNA, D. História da beleza no Brasil. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014.



políticas de gênero. Entretanto, ao contrário do que é feito pelas políticas de gênero ancoradas nas teorizações feministas e nos estudos de gênero propriamente ditos, às mulheres, agora maquiadas e com cabelos penteados, é destinado um lugar que elas sempre ocuparam, isto é, o cuidado. Todavia, esse lugar do cuidado renasce quando tomado pelos cursos profissionalizantes. Na voz dessas mulheres:

“Antes, eu não gostava de me olhar no espelho; agora, gosto”. A afirmação é de uma dona de casa que pediu que não divulgássemos o seu nome. “Antes” do quê? De ela ter a chance de participar do programa Mulheres Mil, oferecido pelo câmpus Pelotas do IFSul. E o que a fez mudar de opinião? O que ela vem aprendendo nas aulas do programa. Desde que começou a fazer um dos cursos, essa senhora de 50 anos de idade passou a se enxergar de uma outra forma. Descobriu que tem valor, que pode sonhar e melhorar de vida. “Aqui, me botam pra cima”, conta. (MULHERES MIL DO IFSUL, 2013)³

Outra ação do Programa Mulheres Mil, implementada no Câmpus Alvorada, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), ofertou para 27 detentas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier um curso de maquiagem cênica. Uma notícia no site do IFRS relatou:

Com os amigos e familiares na plateia, as alunas desfilaram no salão, maquiadas e penteadas por Pellenz [maquiador e hairstylist]. Na entrega dos certificados, todas as alunas receberam também um material sobre o curso, ilustrado com fotos das mesmas e uma mensagem que havia sido escrita por uma colega. (DETENTAS, 2014)⁴

O curso profissionalizante de maquiagem cênica e artística oferecido pelo Programa Mulheres Mil do IFRS foi ofertado em parceria com outras instituições, tais como a Faculdade de Educação da UFRGS e a Superintendência dos Serviços Penitenciários. Também, nesse caso, apresentar-se fora do risco social significa incluir-se nas habilidades de saber administrar-se, empresariar-se e gerir a si mesmo. O curso profissionalizante de maquiagem cênica e artística proposto para as mulheres detentas poderá representar o mesmo papel que os cursos de empregadas domésticas e cuidadoras de idosos, ou seja, cursos e saberes relacionados a uma ideia hegemônica de feminino são os saberes oferecidos para as mulheres nos Institutos Federais.

³ Para mais, ver: Mulheres Mil do IFSUL e o resgate da autoestima: alunas são surpreendidas com Dia da Beleza.

⁴ Para mais, ver: Detentas do Madre Pelletier se formam em curso de maquiagem cênica.



A implementação das ações e cursos do Programa Mulheres Mil, tanto para as mulheres apenadas, como para as mulheres pobres, pelas duas instituições do Rio Grande do Sul, são exemplos das políticas específicas que, em primeiro lugar colocam as mulheres como os novos “desvalidos”, antigamente no Ensino Técnico para os desvalidos era oferecida uma educação técnica que os retirasse da situação de vulnerabilidade. Para o coordenador do IFRS:

[...] a efetivação do Mulheres Mil no sistema prisional, especificamente no Madre Pelletier, demonstrou ser uma experiência rica e necessária. "Rica porque movimentou o IFRS na busca de parcerias, algo que possibilitou atingir um público historicamente esquecido dos programas de educação profissional. Necessária porque potencializou, nas alunas e nos que se envolveram com o curso, elementos fundamentais de uma educação transformadora, como: respeito, solidariedade, qualidade profissional, entre outros", explica. (DETENTAS, 2014)⁵

Essa discussão sobre a inclusão de mulheres apenadas insere-se nas propostas de Educação prisional na contemporaneidade, pois integra a governamentalidade neoliberal, propondo a reinserção social de determinado público, assim como no caso das mulheres apenadas, pois na lógica atual todos devem ser educados. (SARAIVA; LOPES, 2011)

A crescente discursividade acerca da importância de educar os presos parece ter como principal condição de emergência uma cisão entre o tipo de subjetividade que o sistema carcerário produz e o tipo de subjetividade adequada e desejável para viver na sociedade contemporânea. O sujeito passivo que se constitui na prisão estaria em descompasso com o empresário de si, capaz de gerir sua vida, de avaliar seus riscos e de tomar decisões com autonomia. A Educação prisional seria um instrumento da governamentalidade contemporânea, que faz da produção de sujeitos livres um imperativo que ressoa até mesmo na vida dos indivíduos em situação de reclusão. (SARAIVA; LOPES, 2011, p.30).

Para Saraiva e Lopes (2011), a Educação prisional é constituída e constituinte da racionalidade neoliberal. Os Institutos Federais, pautados pelas políticas públicas educacionais neoliberais e pelo empreendimento profissionalizante firma-se como a grande instituição capaz de preparar tecnicamente as diferentes populações para o mercado de trabalho, além de manter essa população dentro da lógica da empregabilidade, na medida em que oferece uma educação para toda a vida. O programa de educação de mulheres apenadas pode ser tomado como um exemplo dos investimentos biopolíticos e dos governamentos contemporâneos.

A FORMAÇÃO DAS MULHERES NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

⁵ Para mais, ver: Detentas do Madre Pelletier se formam em curso de maquiagem cênica.



Os programas e ações dos Institutos Federais exaltam o acesso de determinadas populações nesta instituição pública de ensino profissionalizante de excelência. Há notadamente um projeto de ampliação massiva do acesso da população ao ensino formal, por meio da escolarização profissionalizante para o combate às desigualdades sociais. A nova população de “desvalidos” acolhida pelo Ensino Técnico, será atendida, sobretudo, não pelo ensino regular, mas pelos programas e ações oferecidos pelos Institutos Federais.

Em um passado mais distante o público que compunha o Ensino Técnico eram os órfãos, inseridos compulsoriamente em instituições de aprendizagem para o trabalho. A partir do surgimento das Escolas Técnicas, nos anos de 1960 e 1970, o Ensino Técnico, com o apoio das empresas, atendia os pobres e filhos das classes menos favorecidas, ainda que houvesse outro público em busca de um ensino de qualidade. Na configuração atual, isto é, já com Institutos Federais, o público atendido pelo ensino profissionalizante é composto por uma diversidade nunca antes observada nas instituições de ensino técnico. Além do jovem atendido pelo ensino médio integrado ao técnico, pelo ensino superior e pós-graduação, há uma população de “novos desvalidos” atendidos por todas as outras modalidades, programas e ações. Dentre os programas que atendem essa massa populacional encontram-se o Ensino de Jovens e Adultos – EJA; o ensino profissionalizante ofertado à distância; os cursos de formação superior de tecnologia e, sobretudo, os cursos de capacitação de trabalhadores.

As reformulações no ensino profissionalizante, a partir da inclusão de um número monumental de programas, demonstram o massivo investimento biopolítico em uma população de indivíduos sem recursos financeiros, desatendido pela educação básica tradicionalmente oferecida e sem formação para atender as demandas de mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Os programas e ações ofertados pelo ensino profissionalizante podem ser tomados como características de constituição do jogo econômico do neoliberalismo e, conseqüentemente, uma tecnologia de governamentalidade. A inclusão na contemporaneidade simboliza um imperativo do neoliberalismo. (LOPES, 2009)

Através do Programa Mulheres Mil percebe-se a tentativa de inclusão de uma política de gênero no ensino profissionalizante, na medida em que a preocupação é especificamente com a escolarização e profissionalização das mulheres. A elaboração de programas específicos para mulheres, tidos como política de gênero, relacionados a uma biopolítica dirigida às mulheres, baseia-se nos índices estatísticos de pobreza e miséria, localizados em



certas regiões do Brasil, bem como na narrativa da inclusão das diferenças, nesse caso, inclusão das mulheres, população tratada como vulnerável e conseqüentemente fracassada no mercado do trabalho.

A biopolítica assim garante e assegura os emergentes mecanismos sutis de seguridade. A criação dos Institutos Federais e os programas e ações que o acompanham mostram que o ensino profissionalizante, assim como esse tipo de instituição, garantirá a segurança da população, ao menos naquilo que for relativo à empregabilidade, formação profissionalizante e “emancipação”.

Observamos que as mulheres constituem alvos específicos de atuação do poder estatal de governmentação, pois estas são as populações prioritárias que os dispositivos de seguridade devem abranger. O Programa Mulheres Mil, em algumas de suas ações, que compuseram essa análise, através da narrativa sobre as necessidades educacionais das comunidades e das suas vocações econômicas, devolve às mulheres o lugar ocupado historicamente e por excelência destinado a essa população, o de cuidar do outro. Ressalta-se a importância de uma discussão sobre as teorizações feministas quando pretende-se incluir uma política de gênero em instituições como os Institutos Federais, haja visto, a emergência, a proliferação e os números estatísticos que envolvem os Institutos Federais. Para além da inclusão de mais programas e ações sociais é necessário na atualidade questionarmos sobre os significados de formar determinada população no ensino profissionalizante e as conseqüentes exigências, deliberadas pelo Ensino Técnico, em torno do que é um corpo feminino empregável.

SOCIAL POLICY OF INCLUSION AND GENDER IN TECHNICAL EDUCATION: THE PROGRAMA MULHERES MIL

ABSTRACT

This text includes an analysis of the Programa Mulheres Mil implemented in the Federal Institutes of Education, Science and Technology. This program is included as policy for promoting equity, gender equality, combating violence against women and access to education. We can point to, the Programa Mulheres Mil maintains the hegemonic idea of female, that is, women are meant certain areas of vocational training who wish to teach to care for and serve each other. For these women improve their human capital is required care of the body and its appearance, which are fostered by narratives of autonomy, self-esteem, improved quality of life.

KEYWORDS: *gender policy; social inclusion; governmentality neoliberal.*



POLÍTICA SOCIAL DE INCLUSIÓN Y GÉNERO EN LA EDUCACIÓN

TÉCNICA: EL PROGRAMA MULHERES MIL

RESUMEN

Este texto incluye un análisis del Programa Mulheres Mil implementado en los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología. Este programa se incluye como una política para promover la equidad, la igualdad de género, la lucha contra la violencia contra las mujeres y el acceso a la educación. Podemos señalar, que el Programa Mulheres Mil mantiene la idea hegemónica del femenino, a saber, a las mujeres están determinadas áreas de la formación profesional que desean enseñar a cuidar y servir al otro. Para que sea posible a estas mujeres mejorar su capital humano se requiere el cuidado del cuerpo y su apariencia, que son fomentados por las narrativas de la autonomía, la autoestima y la mejora de la calidad de vida.

PALABRAS CLAVES: política de género; inclusión social; gubernamentalidad neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. Aprendizagem ao longo da vida, subjetividade e a sociedade totalmente pedagogizada. *Revista Educação*, v. 36, n. 2, p. 144-155, maio-agosto 2013.

BRASIL. *Lei nº 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 1, 30 dezembro. 2008.

BRASIL. *Portaria do MEC nº 1.015*, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Mulheres Mil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 38, 22 julho. 2011.

Detentas do Madre Pelletier se formam em curso de maquiagem cênica. Página do IFRS. Disponível em: < <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=3&sub=2617>.> Acesso em: 03 janeiro 2014.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. Tradução: Eduardo Brandão. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____; Segurança, território, população. Tradução: Eduardo Brandão. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

LOPES, M. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Revista Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, p. 153-169, maio-agosto 2009.

MEYER, D; KLEIN, C. Um olhar de gênero sobre a 'inclusão social'. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36, 2013, Goiânia. *Anais da 36ª Reunião Nacional da ANPED*. Goiânia, 2013, p. 1-16.



MEYER, D. *et al.* Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 885-904, setembro-dezembro 2014.

Mulheres Mil, o que é. Página do Programa Mulheres Mil. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 07 janeiro 2014.

Mulheres Mil do IFSUL e o resgate da autoestima: alunas são surpreendidas com Dia da Beleza. Página do IFSUL. Disponível em: http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1153%3Amulheres-mil-do-ifsul-e-o-resgate-da-autoestima-alunas-sao-surpreendidas-com-o-dia-da-beleza-&catid=9%3Ainstituto-federal-sul-rio-grandense&Itemid=1. Acesso em: 23 dezembro 2013.

PACHECO, E. Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão. Página do Programa Mulheres Mil. 2011. Disponível em: http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf. > Acesso em: 23 outubro 2013.

RECH, T. A inclusão educacional como estratégia biopolítica. In: FABRIS, E; KLEIN, R (Orgs.). *Inclusão e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 25-43.

SANT'ANNA, D. (Org.) *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. Tradução: Mariluce Moura. 1 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

_____; *História da beleza no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SARAIVA, K; LOPES, M. Educação, Inclusão e Reclusão. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n. 1, p.14-33, janeiro-junho 2011.

SILVEIRA, T. *O Ensino Técnico, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Educação Física: capturas neoliberais e formas de resistência*. 2014. 238f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.